

Propondo-se executar as atividades planejadas, em face das necessidades e deficiências verificadas no aparelho educacional, durante os anos de 1948 e 1949, procurou este órgão, no cumprimento de uma de suas funções precípua, atender aos reclamos imediatos da organização do ensino e estimular o aperfeiçoamento e a renovação da cultura profissional do professor.

Vem se refletindo no setor técnico a situação decorrente de problemas de natureza administrativa, vários e complexos: grande extensão das regiões escolares, número insuficiente de orientadores, diminuição do horário nos grupos que funcionam em três turnos, e outros.

Contrapondo-se, na parte que concerne à orientação do ensino, às dificuldades oriundas de alguns destes fatores, intensificou-se, como recurso indicado nas atuais condições de funcionamento do aparelho escolar, a assistência técnica aos professores, através da expedição periódica e frequente de comunicados de interesse didático, de pareceres sobre trabalhos recebidos, de respostas a consultas e solicitações de caráter pedagógico.

Sentindo a conveniência de criar um clima propício ao estudo e discussão dos princípios e técnicas recomendados e uma disposição espiritual e emocional favorável, foram dirigidas, às direções dos grupos escolares, instruções sobre a reorganização da "Hora Pedagógica", acompanhadas de uma circular em que se ressaltavam os valores que aquela instituição poderia proporcionar aos professores, constituindo-se centro de cultura da escola e estabelecendo o intercâmbio de conhecimentos e de experiências individuais e de grupos.



Os assuntos constantes dos Comunicados elaborados impuseram-se, após a verificação de que determinados aspectos da aprendizagem e da formação da personalidade dos educandos não estavam sendo convenientemente atendidos.

Os Comunicados versaram sobre:

1. Regulamentação da "Hora Pedagógica".
2. Educação cívica.
3. Educação moral.
4. Metodologia da ortografia.
5. Metodologia da geografia.
6. Organização das classes nos grupos escolares do Estado.
7. Ensino Supletivo. —
8. Campanha contra a "Hidatidose".
9. Calendário escolar.
10. Centenário de Joaquim Nabuco.
11. Centenário de Ruy Barbosa.
12. Programa de comemorações: Duque de Caxias e Semana da Pátria.
13. Dia da Árvore.
14. Semana da Criança.

\* \* \*

Visando ainda melhorar as condições do trabalho didático, procedeu-se a estudos e pesquisas necessários à reforma dos programas que vêm sendo adotados nas escolas primárias do Estado, reforma essa que pensamos realizar em futuro próximo.

O conhecimento da criança, em idade escolar, e, de modo especial, da criança rio-grandense, em todos os aspectos que interferem no processo educativo, para determinar-lhe as possibilidades relativamente à aquisição das noções, dos hábitos, atitudes e habilidades constantes das exigências programáticas, constituiu o ponto de partida do trabalho.

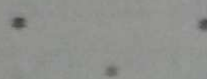
O ambiente físico, social e profissional das diversas regiões do Estado, foi também objeto de investigações.



No propósito de coligir dados que informassem, de modo objetivo e real, sobre as capacidades dos alunos e as condições do meio, foram organizados dois formulários, sendo que um deles, o que teve a finalidade de averiguar os interesses e as atividades econômicas das diversas regiões, já foi preenchido por delegados, orientadores de ensino e professores; o outro, que possibilitará o pronunciamento dos regentes de classe quanto aos tópicos dos programas que a experiência aconselha retirar, substituir, modificar, deslocar ou acrescentar, foi enviado às escolas. As respostas a este formulário estão sendo estudadas por este órgão.

Concomitantemente foram elaborados os programas das disciplinas de cultura geral e de caráter pedagógico dos Cursos Normais Regionais, sugestões para o desenvolvimento das atividades peculiares às Escolas Primárias Rurais, Jardins de Infância e Cursos Supletivos.

Estes trabalhos vêm responder a solicitações diversas e a necessidades reais do plano didático.

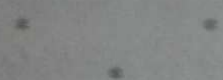


Para assegurar unidade de organização e direção aos serviços atribuídos aos orientadores de ensino, reuniram-se estes num Curso, cuja sessão inaugural foi realizada com a honrosa presença de S. Ex.<sup>o</sup>, o Sr. Secretário de Educação e Cultura.

As sessões de estudo foram dirigidas pela diretora do C.P.O.E., com a colaboração de auxiliares-técnicos do órgão, sendo tratados assuntos referentes à Legislação e Organização Escolar, Psicologia e Metodologia das diversas disciplinas que constituem o currículo primário.

Nessa oportunidade foram discutidos importantes problemas ligados à vida escolar e estabelecidas novas diretrizes relativas à educação no Estado.

Em julho de 1949 realizou-se, sob a direção da Professora Celina Nina, técnico do Departamento Nacional da Criança, o Curso de Educação Pré-primária.



Regula-se o ensino primário por numerosos decretos e leis referentes a vários aspectos da educação e da organização escolar. Publicados em épocas diversas, dispersos, modificados alguns em parte, desajustados outros em face de leis federais recentemente baixadas, toda essa legislação precisava



ser reconsiderada para efeito de consolidação e de ajustamento às novas tendências educacionais.

Impunha-se, outrossim, estabelecer diretrizes e normas que corroborassem o propósito de elevar, em todos os sentidos, o nível da educação primária e pusessem em relêvo a escala de valores éticos que regem a vida social.

Essas considerações levaram à elaboração do regulamento do ensino primário que, sob a forma de projeto, será encaminhado à aprovação do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Secretário de Educação e Cultura.

\* \* \*

Atendendo a solicitações de professores interessados na publicação de livros, foram apreciadas, do ponto de vista pedagógico, várias obras; sugestões que implicavam, algumas vêzes, em modificar a orientação geral ou a estrutura do trabalho, ou, ainda, partes do mesmo, foram apresentadas aos autores.

\* \* \*

Considerando que as informações relativas à atuação profissional de professores, diretores de escolas e orientadores de ensino solicitadas a este órgão, devem fundamentar-se, ordinariamente, em dados registados em fichas especiais, resolveu-se substituir as que vêm sendo adotadas por outras mais completas e que satisfaçam melhor a essa finalidade.

Estas fichas já foram impressas e serão distribuídas, no início do próximo período letivo, possibilitando, em breve, a organização, em novos moldes, dos fichários respectivos.

\* \* \*

Os trabalhos de orientação estenderam-se ao ensino normal, mediante:

- a) circulares que versaram sobre as condições que devem preencher as provas de verificação do rendimento da aprendizagem e sobre a distribuição das horas de estudo pelas disciplinas constitutivas do currículo;
- b) participação de elementos do C.P.O.E. nas atividades inerentes à aplicação e correção das provas de Linguagem e Matemática, exigidas no



Concurso de Habilitação, realizado pelas candidatas ao Curso de Formação de Professores Primários, nas escolas há pouco reconhecidas por esta Secretaria;

- c) apresentação de sugestões para que se estabelecessem novas condições de ingresso no Curso de Administradores Escolares e na Escola Superior de Educação Física (Curso Normal);
- d) fornecimento de programas a professores e orientação sobre o desenvolvimento dos mesmos;
- e) emissão de pareceres.

Preocupou-nos, por outro lado, o quadro escolar, clínico, constituído por crianças que apresentam dificuldades especiais de adaptação, não aproveitando o ensino ministrado por processos comuns, desajustamentos provenientes, em alguns casos, de condições intrínsecas — anormalidades sensoriais, da palavra, deficiência da inteligência ou anormalidade do caráter, em outros, de causas exógenas, algumas vêzes de caráter transitório.

Enquanto os que se enquadram no primeiro caso necessitam geralmente de tratamento especial, em instituição adequada, atendida por pessoal especializado, os segundos poderão ser tratados com êxito nas escolas comuns, desde que exerçam estas uma ação preventiva e reeducativa, pela modificação das condições ambientais e pelo auxílio prestado à família, no sentido de orientá-la para atender e educar a criança dentro de seu ambiente, de modo apropriado.

Fornecer aos professores elementos que possibilitassem essa influência salutar da escola, constituiu uma das atividades da Clínica de Conduta Infantil que, nessa função, estudou 37 casos de crianças difíceis, os quais exigiram visitas domiciliárias a escolas, entrevistas com crianças, mães e professoras, preenchimento de fichas, com dados relativos à vida escolar, familiar e social, autobiografias, exames médicos, aplicação de testes psicológicos e, finalmente, análise dos dados colhidos e indicação de tratamento.

A assistência a crianças levemente retardadas do ponto de vista mental ou com pequenas deficiências sensoriais, da palavra, ou do caráter, nas escolas em que estão matriculadas, é possível, e, até mesmo, aconselhável. O afastamento temporário da aula comum, a permanência, por algum tempo,



numa classe especial no mesmo estabelecimento de ensino, a terapêutica psicológica, pedagógica, médica ou social, conforme os casos, um professor especializado e horas extraordinárias de aprendizagem, resolveriam o problema destas crianças que permanecem dois, três ou mais anos na mesma série escolar, sem aproveitamento satisfatório.

A organização dessas classes pressupõe, porém, uma investigação científica, feita com o rigor e o cuidado que a gravidade do problema exige, através da qual se possa verificar o número de alunos nessas condições.

A determinação do atraso mental condiciona-se, por sua vez, à existência de escalas padronizadas para o nosso meio.

Nesse sentido tem providenciado este órgão que, desde 1947, vem colhendo material para a padronização de testes.

Colaborando com o Ministério de Educação e Saúde na pesquisa sobre o desenvolvimento mental dos adolescentes normais de todo país, foram aplicados testes a aproximadamente 1.000 alunos de ginásios, colégios e escolas profissionais.

Por solicitação do Departamento Estadual de Saúde, elaboraram-se sugestões para uma campanha escolar contra a hidatidose e um plano de assistência educativa integral no Abrigo de Menores.

Organizaram-se e remeteram-se a todos os grupos escolares, através das Delegacias Regionais de Ensino, as provas finais para aferição do rendimento da aprendizagem, em todas as matérias integrantes do currículo primário, e, bem assim, as de Linguagem e Matemática para o Concurso de Habilitação às Escolas de Professores, realizado em fevereiro e dezembro dos anos 1948 e 1949.